
Sintaxe do Português I

Resumos III

Prof^ª. Maria Clara Paixão de Sousa

FLC0277 - 1º semestre de 2017

III. Teoria formal da oração

Bibliografia Fundamental:

MIOTO, C. et al. 2013. *A Teoria X-barra*.

MIOTO, C. et al. 2013. *Teoria temática*.

RAPOSO, E. P. 1998. *A Língua como sistema de representação mental (ii)*.

Bibliografia Complementar:

Duarte, Inês (2003): A Família das Construções Inacusativas, In M.H.M Mateus et al (eds), Gramática da língua portuguesa. Lisboa: Caminho (506-548).

CHOMSKY, Noam (1995). The Minimalist Program, MIT Press, Cambridge, Mass.

CHOMSKY, Noam (1999). Derivation by Phase. In Ken Hale: A Life in Language. Edited by Michael Kenstowicz. Cambridge, MA: MIT Press, 1999/2001, pp. 1-52.

HORNSTEIN, N., NUNES, J. & GROHMANN, KK. (2005) Understanding Minimalism. 6. Case Domains. Cambridge: Cambridge UP, 111-140

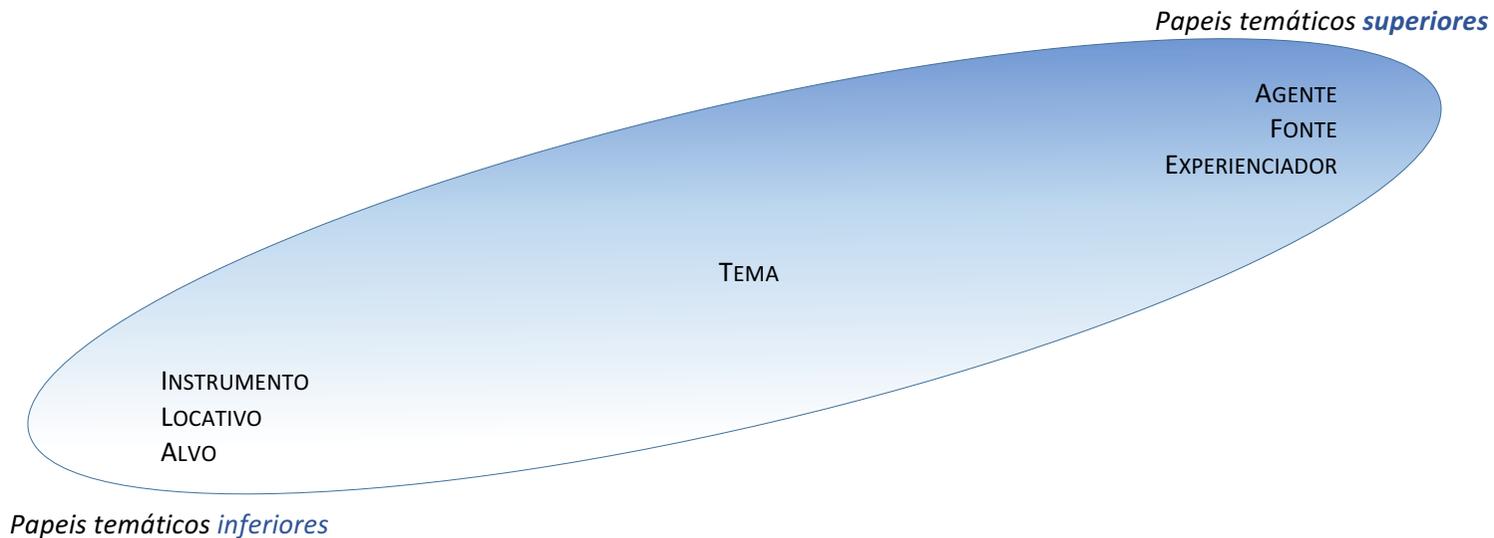
NUNES, Jairo M. Minimalismo: uma entrevista com Jairo Nunes. Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL. Vol. 6, n. 10, março de 2008. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

Material de apoio:

“Floresta” (slides com árvores)

8. Hierarquia Temática e Relações Gramaticais

(cf. também Resumos II, Ponto 7: *Hierarquia temática, constituência, e estrutura da sentença*)



Os conceitos de **Hierarquia Temática** e de **Relações Gramaticais** serão fundamentais no nosso próximo (e último) ponto do curso – *Teoria Formal da Sentença*. Aqui, alguns apontamentos introdutórios, a partir dos resultados do nosso exercício.

1. Hierarquia Temática - Introdução

A ‘superioridade’ na Hierarquia remete à tendência de cada papel temático aparecer como a Relação Gramatical Principal em uma oração – i.e., como **‘Sujeito’** – frente aos demais papeis temáticos. Assim, argumentos com papel temático AGENTE, FONTE, e EXPERIENCIADOR tem superioridade relativa frente a TEMAS, INSTRUMENTOS, LOCATIVOS e ALVOS (ou seja: tendem a aparecer como Relação Principal – Sujeito – frente a eles); e o papel temático TEMA tem superioridade relativa frente a INSTRUMENTOS, LOCATIVOS e ALVOS (ou seja: tende a aparecer como Relação Principal – Sujeito – frente a eles). Ressalte-se então: a ‘hierarquia temática’ é um conceito *relacional*, e funciona no sentido de valorar um papel temático em relação aos demais em determinadas combinações. Assim, TEMA ‘perde’ para AGENTE, FONTE e EXPERIENCIADOR, mas ‘ganha’ de LOCATIVO:

(1)

[Aqueela moça] _{AGENTE} [O sol] _{FONTE} [Eles] _{TEMA}	quebrou vai esquentar moram n	[o vidro da janela] _{TEMA} [esse cobertor] _{TEMA} [o Rio] _{LOCATIVO}
SUJEITOS		

Um segundo aspecto importante é que a hierarquia temática pode perfeitamente ser ‘contornada’ nas línguas.

De fato, na teoria sintática falamos em diversas estratégias de ‘promoção’ e ‘demoção’ de argumentos – ou seja, estratégias para construir um argumento hierarquicamente inferior como sujeito (*promoção*) e (muitas vezes, em compensação a isso), um argumento hierarquicamente superior como não-sujeito (*demoção*).

Longe de negar a hierarquia temática, essas estratégias podem ser vistas como uma de suas evidências - pois as estratégias podem mostrar, justamente, a necessidade de *construir formalmente* esse ‘contorno’ dos requerimentos hierárquicos. Um caso bem típico em português é a chamada ‘**construção passiva**’. Podemos dizer que ela nada mais é que uma estratégia de promoção de um argumento TEMA a Sujeito, e demoção de um argumento AGENTE a não-sujeito, em construções com verbos cuja estrutura argumental envolve AGENTE e TEMA – e para os quais, portanto, a hierarquia determinaria um Sujeito Agente. Na passiva, como em outras estratégias de promoção (e demoção), a gramática pode determinar marcas formais – como por exemplo, no caso da passiva, a própria alteração na morfologia verbal (abaixo, *levava > foram levadas*); ou a expressão dos argumentos ‘demoídos’ como oblíquos (i.e., regidos de preposição – abaixo, *o motorista > pelo motorista*):

(2)

[O motorista] _{AGENTE} [Essas crianças] _{TEMA}	levava foram levadas	[essas crianças] _{TEMA}	a[o colégio] _{LOCATIVO} a[o colégio] _{LOCATIVO}	pel[o motorista] _{AGENTE}
SUJEITOS				

As estratégias de ‘promoção’ e ‘demoção’ não são restritas à construção passiva, e podem aparecer sem marcas morfológicas tão específicas – e sim apenas ligadas à marca sintática da ordem. Isso pode ser ilustrado pelas seguintes construções com um dos chamados verbos de ‘alternância causativa’, *derreter*:

(3)

- Os cozinheiros derreteram o açúcar com o fogo alto
- O fogo alto derreteu o açúcar
- O açúcar derreteu

Onde:

<p>[Os cozinheiros]_{AGENTE} [O fogo alto]_{FONTE} [O açúcar]_{TEMA}</p>	<p>derreteram derreteu derreteu</p>	<p>[o açúcar]_{TEMA} com [o fogo alto]_{INSTRUMENTO} [o açúcar]_{TEMA}</p>
<p>SUJEITOS</p>		

Particularmente interessante é o último caso acima, em que o argumento TEMA *o açúcar* é promovido a sujeito: “*O açúcar derreteu*”. Note-se como essa construção se compara com uma possível passiva – “*O açúcar foi derretido*”: nos dois casos, o sujeito é paciente (ou melhor, TEMA); mas no caso de “*O açúcar derreteu*”, há um apagamento semântico do argumento AGENTE. Em “*O açúcar foi derretido*”, apesar de não expresso por um constituinte, esse AGENTE (ou FONTE – enfim: esse *Causador*) ainda pode ser interpretado (i.e.: “*alguém/algo*” *derreteu o açúcar, causou seu derretimento*). Construções como “*O açúcar derreteu*” podem ser consideradas casos extremos de ‘alteração da hierarquia’, ao envolver o apagamento (interpretativo) de um dos argumentos possíveis de um predicador. Mas, ressalte-se, essa propriedade é em geral restrita a classes de verbos bem definidas (como os causativos).

Vejamos, agora, como o conceito de hierarquia temática liga-se à abordagem das ‘Funções sintáticas’ como *Relações Gramaticais*.

2. O conceito de ‘Relações Gramaticais’, e de ‘Sujeito’ como Relação Gramatical Principal

Antes de tudo, vamos lembrar o conceito formal de ‘oração’ como ‘projeção estrutural dos predicadores’(Resumos I, Ponto 4):

"A oração é a projeção sintática das propriedades da subcategorização de um verbo - em outros termos, a projeção da estrutura argumental desse verbo". (Galves, 1987)

A ‘projeção sintática’ das propriedades semânticas de um verbo envolve o estabelecimento de marcas formais que garantam a interpretabilidade da estrutura argumental, ou seja, a distinção entre os diferentes papéis temáticos. Ora: essas marcas estão estritamente ligadas à noção de hierarquia temática, de modo que alguns papéis temáticos terão características formais proeminentes em relação aos demais.

As ‘características formais distintivas e relativas’ dos sintagmas argumentais explicitam as chamadas Relações Gramaticais – fundamentalmente: Sujeito, Objeto. O conceito de Sujeito, nessa abordagem, começa com a seguinte proposta: ‘Sujeito’ é a Relação Gramatical Principal, ou seja,

aquela que aparecerá como proeminente em relação às demais (ou seja: que receberá ‘destaque’ na oração, através de uma ou mais marcas formais).

Note como essa proposta se coaduna com a ideia da hierarquia temática: a proeminência formal identificará determinado argumento como aquele que tem o papel temático superior na hierarquia temática. Por exemplo: numa estrutura argumental AGENTE > TEMA, a proeminência formal tenderá a se associar ao argumento com papel temático AGENTE (i.e., ‘Sujeito’ identificará AGENTE).

Entretanto, as ‘marcas formais’ que distinguirão os papéis temáticos entre si, destacando ‘Sujeito’, variam entre as diferentes gramáticas. Elas podem ser: marcas morfológicas visíveis nos próprios sintagmas argumentais – ou seja, formas distintivas para cada sintagma segundo a relação gramatical que ele toma (*‘morfologia de caso’*); marcas morfológicas visíveis tanto nos sintagmas argumentais como no verbo – ou seja, formas compartilhadas entre o verbo e um dos sintagmas argumentais (*‘concordância’*); ou ainda estratégias puramente sintáticas, como a ordem – ou seja, ordenação dos argumentos em posições fixas relativas ao verbo (sempre antes do verbo; sempre depois do verbo, etc.), cada uma associada a uma relação gramatical. Algumas gramáticas, ainda, permitem um certo grau de mistura entre essas três ‘estratégias’.

No Português, temos, justamente, um sistema com um pouco de cada uma dessas estratégias – ordem, ‘concordância’, e morfologia de caso nos sintagmas argumentais. No Português Brasileiro, a posição pré-verbal é fortemente indicativa da relação Sujeito, e as posições pós-verbais, da relação Objeto; a marca morfológica de pessoa (e número, quando presente) é coincidente entre o verbo e o sintagma com relação Sujeito; Objetos oblíquos nominais podem ser regidos de preposição; e, no caso das formas pronominais, há uma morfologia distintiva entre a relação Sujeito (pronomes no *‘caso reto’*, ou nominativos – *Eu, Tu, Ele/Ela, Nós, Vós, Eles/Elas*) e a relação Objeto (pronomes no *‘caso oblíquo’*, sejam acusativos – *Me, Te, O/A, Nos, Vos, Os/As*, dativo – *Lhe, Lhes*, ou oblíquos verdadeiros – *Mim, Ti*). Isso se explicita nos seguintes exemplos:

(4)

Os pais entregaram o presente ao filho
Eles entregaram o presente ao filho
Eles entregaram-no ao filho
Eles entregaram-lhe o presente
Eles entregaram-lho

Estrutura argumental: Entregar – V: AGENTE, TEMA, ALVO

Relações Gramaticais – Marcas sintáticas e morfossintáticas explícitas:

<p>'Concordância' Ordem</p>	<p>Os pais_{AGENTE} 3ª Pessoa, Plural Posição pré-verbal</p>	<p>entregaram 3ª Pessoa, Plural</p>	<p>o presente_{TEMA}</p>	<p>o filho_{ALVO}</p>
<p>'Concordância' Ordem</p>	<p>Eles_{AGENTE} 3ª Pessoa, Plural Posição pré-verbal</p>	<p>entregaram 3ª Pessoa, Plural</p>	<p>o presente_{TEMA}</p>	<p>o filho_{ALVO}</p>
<p>'Concordância' Ordem</p>	<p>Eles_{AGENTE} 3ª Pessoa, Plural Posição pré-verbal</p>	<p>entregaram 3ª Pessoa, Plural</p>	<p>no_{TEMA}</p>	<p>o filho_{ALVO}</p>
<p>'Concordância' Ordem</p>	<p>Eles_{AGENTE} 3ª Pessoa, Plural Posição pré-verbal</p>	<p>entregaram 3ª Pessoa, Plural</p>	<p>lhe_{ALVO}</p>	<p>o presente_{TEMA}</p>
<p>'Concordância' Ordem</p>	<p>Eles_{AGENTE} 3ª Pessoa, Plural Posição pré-verbal</p>	<p>entregaram 3ª Pessoa, Plural</p>	<p>lh_{ALVO}</p>	<p>o_{TEMA}</p>

SUJEITO

ou: Relação Proeminente

*Identidade formal com o verbo;
Posição Pré-verbal;
'Caso Reto' (Nominativo).*

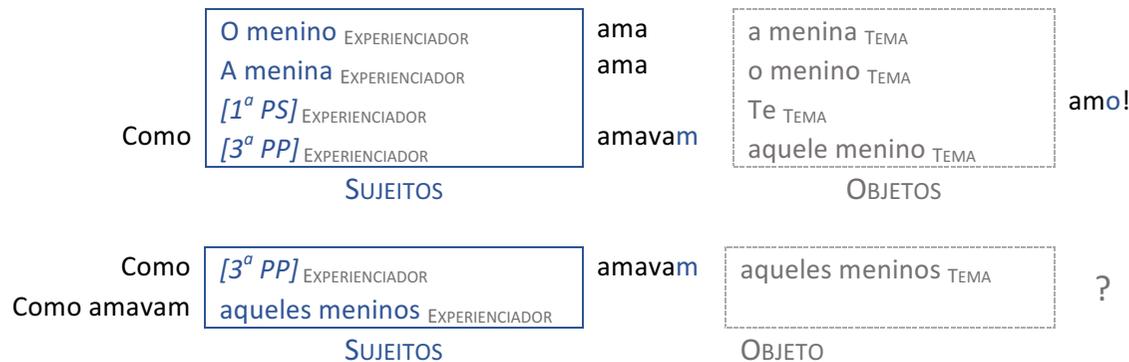
OBJETOS

*Sem identidade formal com o verbo;
Posição pós-verbal;
Casos Oblíquos (Acusativo, Dativo).*

Note-se entretanto que nas gramáticas em que há mais de uma estratégia gramatical para diferenciação da relação gramatical principal (Sujeito), nem sempre as três estratégias serão explícitas. Há casos em que a relação Sujeito parece ser identificada apenas pela ordem; em outros, apenas pela morfologia de concordância verbo-nominal; em outros ainda, apenas pela morfologia nominal. Há ainda casos que podem parecer ambíguos para a análise (embora, naturalmente, não sejam ambíguos nas situações enunciativas):

(5)

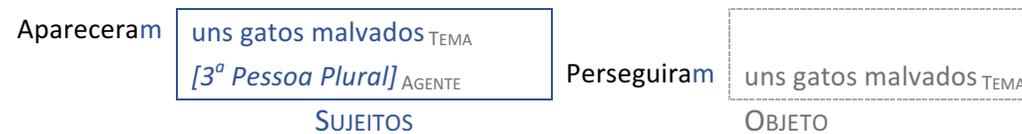
O menino ama a menina
 A menina ama o menino
 Te amo!
 Como amavam aquele menino...
 Como amavam aqueles meninos...



E não vamos nos esquecer que nada disso ‘funciona’ sem a âncora da semântica aspectual dos predicadores...

(6)

Apareceram uns gatos malvados
 Perseguiram uns gatos malvados



Agora notemos como esse conceito da oração como projeção estrutural das propriedades semânticas dos predicadores se relaciona ao conceito de Predicação, que estudávamos anteriormente. Lembrando que propusemos que a Predicação opera no domínio do léxico, no domínio da sintaxe, e no domínio da proposição, podemos agora propor que a oração nada mais é que um domínio sintático de predicação – ou seja: o domínio no qual se aplicam regras formais que permitem a identificação das propriedades semânticas da relação entre predicador e argumentos. A aplicação dessas regras formais é uma operação de predicação, na qual um dos termos ('Sujeito') tomará uma função proeminente em relação aos demais ('Objetos'). Noutros termos,

“Um domínio sintático de predicação – i.e., uma oração – contém dois termos fundamentais: o predicado, o constituinte ou sequência de constituintes formado pelo predicador e pelo(s) seu(s) argumento(s) interno(s), e o sujeito, o constituinte que satura o predicado ou, por outras palavras, o argumento externo do predicador”. (Duarte, I. 2003)

O que precisaríamos entender agora são os conceitos de argumento externo e argumento interno. Para isso o ideal será adentrarmos uma teoria formal da oração – pois é na proposta de uma organização estrutural formal dos constituintes (argumentais ou não) que as noções de 'externalidade' e 'internalidade' dos argumentos passarão a fazer mais sentido. Mas já antes disso, é possível compreendermos de modo 'holístico' essas noções, partindo das qualidades de relação semântica entre os predicadores e seus argumentos.

2. 'Argumento externo' e 'argumento interno' – introdução

[Argumento [Verbo [Argumento]]]

A ideia de argumento 'externo' e 'interno' remetem a uma intuição inicial no sentido de que as relações entre os predicadores e alguns dos papéis temáticos que eles determinam são mais 'próximas' que outras. Vejam-se por exemplo os seguintes casos:

2.1 Proximidade entre os verbos e seus argumentos TEMA, do ponto de vista semântico:

(7) verbos que permitem a omissão do argumento tema

- (a) A Maria comeu às 13 horas → ... comeu []_{TEMA} às 13 horas
 (b) Esse rapaz bebe demais → ... bebe []_{TEMA} demais

(8) “*argumentos sombras*”

- (a) Chovia uma chuva miudinha → Chovia [uma chuva miudinha]_{TEMA}

- (b) A vítima chorou lágrimas de raiva → ...chorou [lágrimas de raiva]_{TEMA}
 (c) Dormimos um sono reparador → Dormimos [um sono reparador]_{TEMA}
 (d) Os guerreiros dançam uma dança frenética → ...dançam [uma dança frenética]_{TEMA}

(9) Paráfrases temáticas com “verbos leves”

- (a) A Maria **espirrou** / A Maria **deu um espirro** → deu [um espirro]_{TEMA}
 (b) O público **suspirou** / O público **deu um suspiro** → deu [um suspiro]_{TEMA}
 (c) A moça **gritou** / A moça **deu um grito** → deu [um grito]_{TEMA}
 (d) O moço **beijou** a moça / O moço **deu um beijo** na moça → deu [um beijo]_{TEMA}
 (e) A moça **mordeu** o moço / A moça **deu uma mordida** no moço → deu [uma mordida]_{TEMA}
 (f) A mãe **banhou** os filhos / A mãe **deu um banho** nos filhos → deu [um banho]_{TEMA}

E em contraste:

(10) Alteração no papel temático do sujeito (AGENTE / FONTE) a depender dos traços semânticos do argumento:

- (a) O criminoso matou dez pessoas → [O criminoso]_{AGENTE} matou dez pessoas
 O tremor de terra matou dez pessoas → [O tremor de terra]_{FONTE} matou dez pessoas
 (c) Os abraços desse amigo assustam o João → [Os abraços desse amigo]_{FONTE} assustam o João
 Os meninos fantasiados assustaram o João → [Os meninos fantasiados]_{FONTE/AGENTE} assustaram o João

Mas:

- O criminoso/O tremor de terra matou [dez pessoas]_{TEMA}
 Os abraços desse amigo/Os meninos fantasiados assustam [o João]_{TEMA}

(11) Relação composicional entre verbo e argumento interno em relação ao sujeito:

- (a) [O João]_{AGENTE} quebrou o vidro
 (b) [O vidro]_{FONTE} quebrou
 (b) [O João]_{AGENTE} quebrou a perna do centroavante
 (c) [O João]_? quebrou a perna

(12) Composicionalidade entre verbo e argumento interno em 'expressões congeladas'

- (a) bater as botas
- (b) esticar as canelas
- (c) chutar o balde
- (d) engolir sapo
- (e) pisar na bola
- (f) baixar a bola
- (g) dar bola
- (h) quebrar o galho
- (i) dar uma mãozinha
- (j) enxugar gelo
- (k) rodar a baiana
- (l) pagar o pato
- (m) soltar a franga

(13) Nominalizações com preservação das propriedades predicadoras do verbo

Os pais entregaram o presente ao filho	A entrega do presente ao filho pelos pais <i>me preocupou</i>
Os cozinheiros derreteram o açúcar	O derretimento do açúcar pelos cozinheiros <i>me preocupou</i>
Os meus amigos envelheceram	O envelhecimento dos meus amigos <i>me preocupou</i>
A encomenda chegou hoje à tarde	A chegada da encomenda <i>me preocupou</i>
Apareceram uns gatos malvados	O aparecimento de uns gatos <i>me preocupou</i>
Estrela de Girls emagrece	O emagrecimento da estrela de Girls <i>me preocupou</i> (Namorar Britney Spears emagrece /*O emagrecimento de namorar Britney Spears...)

Os inimigos destruíram a cidade A destruição da cidade pelos inimigos

[O inimigo] _{AGENTE}	[destruir [a cidade] _{TEMA}]	[A destruição [da cidade] _{TEMA}]	[pelos inimigos] _{AGENTE}
[Os pais] _{AGENTE}	[entregar [o presente] _{TEMA}] [ao filho] _{ALVO}	[A entrega [do presente] _{TEMA}]	[pelos pais] _{AGENTE} [ao filho] _{ALVO}
[Os cozinheiros] _{AGENTE}	[derreter [o açúcar] _{TEMA}]	[O derretimento [do açúcar] _{TEMA}]	[pelo cozinheiro] _{AGENTE}

[chegar [a encomenda] _{TEMA}]
 [aparecer [uns gatos alvados] _{TEMA}]
 [emagrecer [estrela de Girls] _{TEMA}]

[A chegada [da encomenda] _{TEMA}]
 [O aparecimento [de uns gatos malvados] _{TEMA}]
 [O emagrecimento [da estrela de Girls] _{TEMA}]

(14) A relação predicador/argumento como relação núcleo/complemento (os argumentos internos):

[destruir [a cidade]]
núcleo complemento

[destruição [da cidade]]
núcleo complemento

núcleo verbal → sintagma verbal núcleo nominal → sintagma nominal

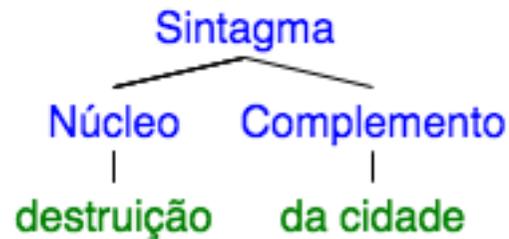
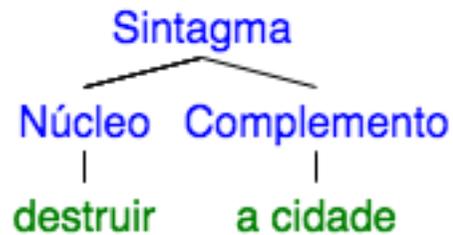
ou:

Sintagma X ⇒ X, Complemento

"Um sintagma de categoria X é formado pela combinação de um núcleo da categoria X com um complemento"

3. Levíssima introdução à “representação arbórea”

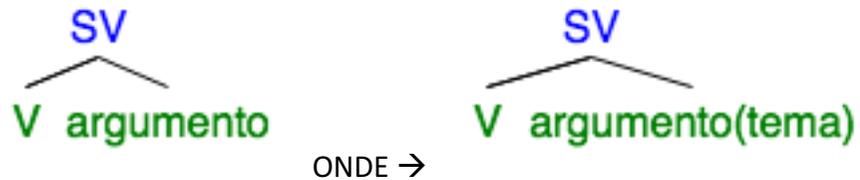
(15) (Intuição fundamental em Chomsky, 1970):



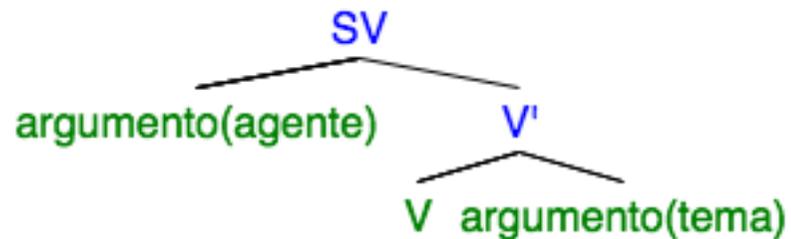
ou melhor:



Ou, esquematicamente (para o sintagma verbal):

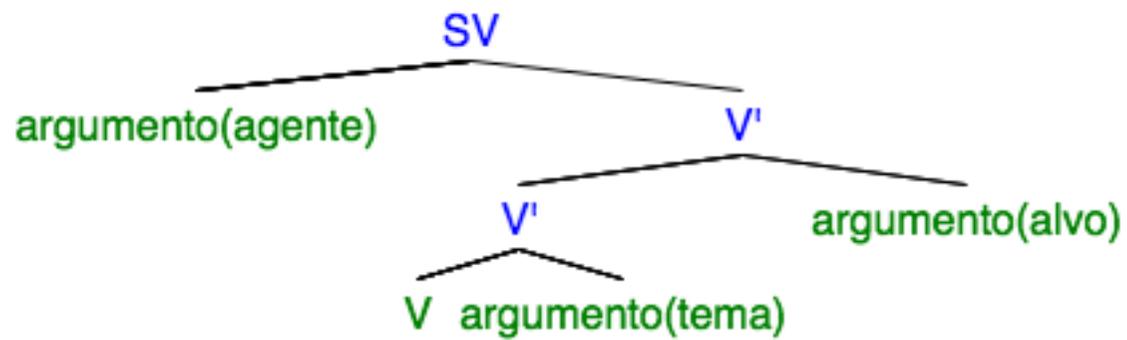


→ Neste caso, como se estruturam os argumentos diferentes de tema – por exemplo, o argumento ‘Agente’ em sintagmas transitivos?



‘O inimigo destruir a cidade’

e



'o Inimigo levar o canhão até a cidade'

Veremos, nos próximos pontos, algumas justificativas e desdobramentos desta proposta, bem como alguns problemas que ela acarreta.

4. Constituintes e estrutura formal da sentença -

Análise de algumas sentenças desafiantes (ou: *sentenças labirinto*)

(15)

- a. Enquanto ela costurava a meia caiu.
- b. O homem atirou no cachorro da menina que fugiu.
- c. Vamos pintar aquela parede com flores.
- d. O policial viu a velha com o binóculo.
- e. O policial bateu na velha com a bengala.
- f. O policial viu a velha com a bengala.

(16) *Enquanto ela costurava a meia caiu*

- a. [Enquanto ela costurava][a meia caiu], (*prosódia*: Enquanto ela costurava // a meia caiu)
- b. [Enquanto ela costurava a meia][caiu], (*prosódia*: Enquanto ela costurava a meia // caiu)
- c. O que aconteceu [enquanto ela costurava]? *A meia caiu.*
- d. O que aconteceu com a meia [enquanto ela costurava]? *Caiu.*
- e. O que aconteceu [enquanto ela costurava a meia]? *Caiu.*
- f. O que aconteceu com ela [enquanto ela costurava a meia]? *Caiu.*

(17) *O homem atirou no cachorro da menina que fugiu*

- a. O homem atirou [no cachorro d[a menina que fugiu]]
- b. O homem atirou [no cachorro da menina [que fugiu]]
- c. Em [que cachorro] o homem atirou? *No da menina que fugiu.* = [no _ d[a menina que fugiu]
- d. Em [que cachorro] o homem atirou? *No da menina.* = [no __ da menina]
- e. Em [que cachorro que fugiu] o homem atirou? *No da menina.* = [no __ da menina]

(18) *Vamos pintar aquela parede com flores*

- a. Vamos pintar [aquela parede com flores] (= Vamos pintar [aquela parede [com flores]])

- i. [Que velha] o policial viu? *Aquela* [aquela ____],
[aquela ____ [_____]]
- j. [Que velha] o policial [viu com o binóculo]? *Aquela* [aquela ____]
- k. [Que velha com o binóculo] o policial viu? *Aquela* [aquela ____ [_____]]
- l. [Com o binóculo], o policial [viu [a velha] [_]]
- m. *[Com o binóculo], o policial [viu [a velha] [_]]
- n. O policial [viu [aquela velha [com o binóculo]][com uma luneta]]
- o. *O policial [viu [aquela velha][com o binóculo] [com uma luneta]]

(20) *O policial bateu na velha com a bengala*

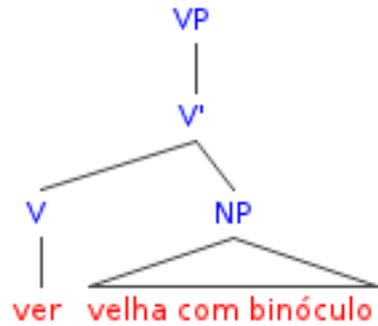
- a. O policial [bateu [na velha com a bengala]] (=O policial [bateu [na velha [com a bengala]]])
- b. O policial [bateu [na velha][com a bengala]]
- c. O policial [bateu [na velha [com a bengala]]] *Foi na velha com a bengala que o policial bateu!*
Foi [na velha com a bengala] que o policial bateu
- d. O policial [bateu [na velha][com a bengala]] *Foi na velha que o policial bateu com a bengala!*
Foi [na velha] que o policial bateu [com a bengala]
Foi com a bengala que o policial bateu na velha!
Foi [com a bengala] que o policial bateu [na velha]
- e. O policial [bateu [na velha [com a bengala]][com o cacete]]
- f. * O policial [bateu [na velha][com a bengala] [com o cacete]]
- g. [Com a bengala], o policial [bateu [na velha] [_]]
- h. *[Com a bengala, o policial [bateu [na velha] [_]]

(21) *O policial viu a velha com a bengala*

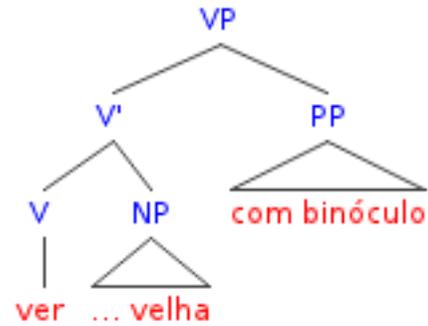
- a. O policial [viu [a velha [com a bengala]]]
- b. *O policial [viu [a velha][com a bengala]]
- c. O policial [viu [a velha com a bengala] [com a luneta]]
- d. *O policial [viu [a velha] [com a bengala] [com a luneta]]
- e. Com a luneta, o policial viu a velha
- f. *Com a bengala, o policial viu a velha

(22) Resolvendo: *ver velha com o binóculo* X *ver velha com o binóculo*

(a) [ver [velha com binóculo]]

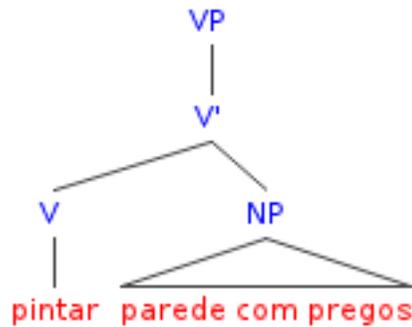


(b) [ver [velha] [com binóculo]]

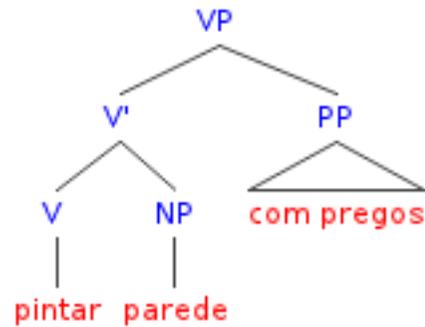


(23) Resolvendo: *pintar parede com pregos* X *pintar parede com pregos*

(a) [pintar [parede com pregos]]



(b) [pintar [parede] [com pregos]]



Próximas leituras

MIOTO, Carlos et al. (2004). Novo Manual de Sintaxe. Florianópolis, Insular. (Capítulo 2: A teoria X-barra)

9. Constituintes e Estrutura da sentença: A teoria X-barra

DUARTE, Inês & BRITO, Ana Maria (2003). Predicação e Classes de Predicadores. Em: M.H.M Mateus et al (eds), "Gramática da língua portuguesa". Capítulo 7. Lisboa:Caminho. (revisão)
 MIOTO, Carlos et al. (2004). Novo Manual de Sintaxe. Florianópolis, Insular. (Capítulo 2: A teoria X-barra; Capítulo 3: A teoria temática)
 NEGRÃO, Esmeralda et al. (2003) Sintaxe: Explorando a estrutura da sentença. In: L. Fiorin (org), Introdução à linguística: II. Princípios de Análise. São Paulo: Contexto, pp.111-136.

1. "X-barra": Uma teoria para a estrutura da sentença

- Sentenças "ambíguas" como [O policial viu a velha com o binóculo] nos mostram que a uma mesma sequência linear de termos podem corresponder diferentes estruturas sintagmáticas - ou seja, são um exemplo de que "*Uma sequência gramatical é muito mais do que apenas uma sequência de elementos: é, entre outras coisas, uma hierarquia de constituintes*" (Perini 2006:104).
- As teorias sintáticas têm a tarefa de descrever e explicar as *hierarquias de constituintes* que formam sequências gramaticais. Como vimos no início, a teoria gerativa entende a formação potencialmente infinita de sequências gramaticais hierarquicamente estruturadas como a característica central da linguagem humana. Essa teoria em particular, portanto, toma para si a tarefa de descrever e explicar não apenas um dado universo de sequências gramaticais, mas também o potencial de geração infinita de sequências gramaticais - algo como a "receita", ou o "algoritmo", da estruturação de constituintes.
- Uma intuição importante nesse sentido é aquela que indica que os sintagmas (i.e., as unidades mínimas da estrutura hierárquica de constituintes sintáticos) são unidades coesas do ponto de vista formal e semântico. Podemos começar a explorar um possível algoritmo de estruturação de constituintes por este ponto: como se forma uma unidade formalmente e semanticamente coesa a partir dos itens lexicais?

(1)

a) O policial viu a velha com o binóculo

a, binóculo, com, o, policial, velha, viu	⇒ [o policial] viu [a velha] [com o binóculo]
a, binóculo, com, o, policial, velha, viu	⇒ [o policial] viu [a velha [com o binóculo]]

b) *Eu ganhei um livro de receitas de chocolate*

receitas, de, livro, chocolate, de ⇒ [livro [de receitas [de chocolate]]]
 receitas, de, livro, chocolate, de ⇒ [livro [de receitas] [de chocolate]]

- Nas versões mais antigas da teoria gerativa (até a década de 70), essa pergunta era respondida pela proposta de "regras sintagmáticas", regras de escritura", que expressavam mais ou menos o que está nos exemplos acima, porém sempre buscando generalizações que pudessem ampliar a aplicação de cada regra. Ou seja: não uma regra para [livro de chocolate], mas sim uma regra para [sintagma nominal], etc. Algo assim:

(2) $SN \Rightarrow N (SP)/(Adj)$
 {gerando por exemplo: SN = N-livro SP-de chocolate; SN = N-rabo Adj-amarelo}

- Como vimos, a noção de que as concatenações sintáticas se dão hierarquicamente pela relação entre núcleos e seus complementos é fundamental para a teoria; assim, uma aproximação explicativa mais precisa para a "regra do sintagma nominal" acima seria a seguinte:

(3) $SN \Rightarrow N, Complemento; Complemento \Rightarrow SP, Adj$

- Um segundo problema é representar a estrutura hierárquica. Até este ponto vínhamos fazendo isso com o uso de colchetes, indicando assim as relações de "continência", de modo que:

(4) O policial [viu [a velha [com o binóculo]]] = "o complemento de V é o SN [a velha com o binóculo]"
 O policial [viu [a velha][com o binóculo]] = "os complementos de V são o SN [a velha] e o SP [com o binóculo]"

- Uma outra forma de representar isso é pela notação arbórea, usada também desde os princípios da teoria; uma vantagem imediata desta notação é que ela consegue expressar melhor a hierarquia e a "proeminência" categorial, de modo que:

(5) ... [Sintagma-Verbal [Verbo viu [Sintagma-Nominal a velha com o binóculo]]]



- Vamos lembrar que o desenvolvimento da teoria vai no sentido de tornar as regras cada vez mais **axiomáticas**. O caminho, portanto, foi das regras particulares para cada categoria de sintagma para uma regra geral para todos os tipos de sintagma (ou seja, inclusive, para a própria sentença). Ou seja, desejamos uma teoria dos "núcleos X", e não dos núcleos "N", "V", "P", etc... - uma teoria da relação de qualquer núcleo com qualquer complemento, de modo que:

(6)

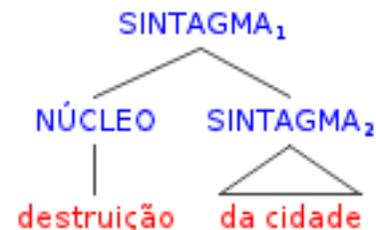
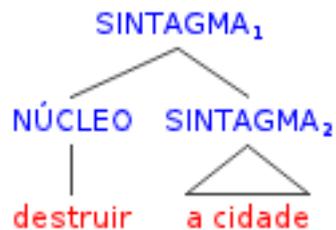
S(intagma)N(ominal) ⇒ N(ome), Complemento - i.e., SN ⇒ N, Complemento
 S(intagma)V(erb)al ⇒ V(erbo), Complemento - i.e., SV ⇒ V, Complemento
 S(intagma)P(reposicional) ⇒ P(reposição), Complemento - i.e., SP ⇒ P, Complemento
 ... etc.

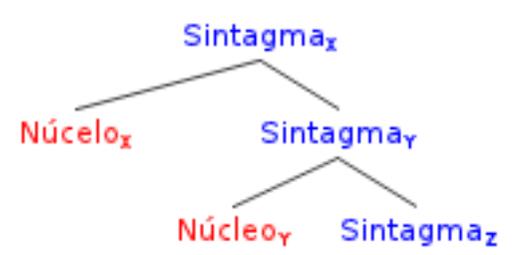
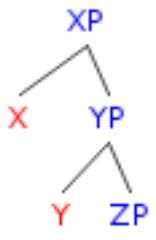
- Chegamos ao X da "teoria X-barras":

Sintagma X ⇒ X, Complemento

"Um sintagma de categoria X é formado pela combinação de um núcleo da categoria X com um complemento"

(7) (Intuição fundamental em Chomsky, 1970):



<p>(8)</p>  <p>(9)</p> 	<p>A generalização axiomática disso poderia ser na árvore esquemática (8), onde "X" representa o núcleo do "Sintagma-X", Y representa o núcleo do "Sintagma-Y", etc; e onde "sintagma-Y" é o complemento de "Sintagma-X", etc:</p> <p>Nos trabalhos em teoria gerativa, convencionou-se utilizar abreviaturas para as categorias sintagmáticas, e as abreviaturas são costumeiramente feitas a partir dos nomes em inglês. Ou seja, para sintagma, Phrase; para "Sintagma X", "X Phrase", abreviado "XP" (cf. árvore esquemática (9)). Note-se que a única diferença entre (8) e (9) são os rótulos das categorias:</p>
---	---

- Note-se que as árvores esquemáticas (8) e (9) acima apresentadas representam razoavelmente a relação núcleo-complemento. Entretanto, isso não dá conta de todas as relações sintagmáticas que queremos capturar. Em especial: esta representação estrutural não dá conta de relações de complementação mais complexas, das relações de adjunção; e nem da relação que se forma entre o sujeito de uma sentença e seu predicado.

(10) O policial viu [[a velha com o binóculo] [com muita atenção]-*Adjunto*]
 [O policial]-*Sujeito* [viu a velha com o binóculo]

2.1 Outras relações

(11)

- Construção de escolas
- Compra de equipamentos
- Paralisação de atividades

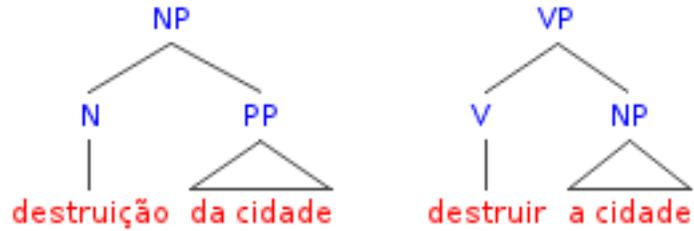
(12)

- Construir escolas é difícil
- Comprar equipamentos é difícil
- Paralisar atividades é difícil

- d. Pagamento de contas
- e. Poda de árvores

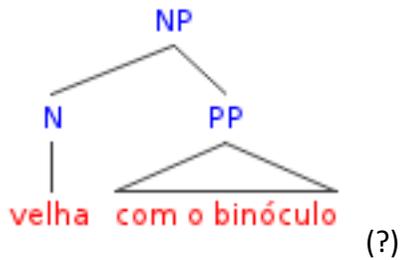
- d. Pagar contas é difícil
- e. Podar árvores é difícil

(13) (lembrando 7)



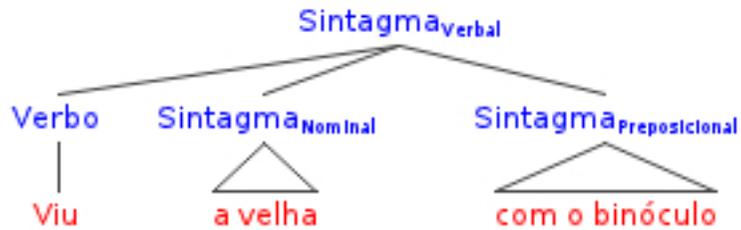
(14)

- a. Velha com o binóculo
- b. Parede com pregos



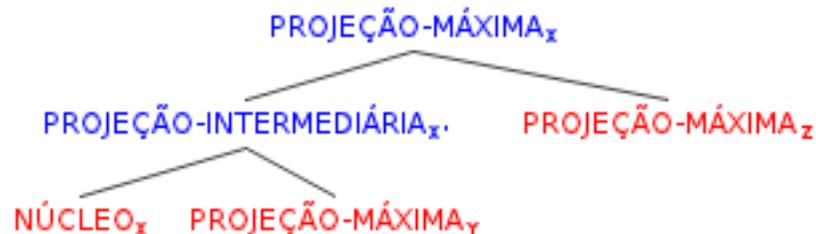
- Outro problema para esse esquema simples são as construções com duplo complemento. No início da teoria, um sintagma com núcleo verbal (i.e., um Sintagma Verbal) e dois complementos seria representado como (15):

(15) ... [[viu [a velha] [com o binóculo]]]



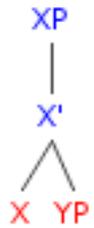
- Nas versões mais recentes, postula-se que a estrutura arbórea deva ser sempre **binária** (binary branching). A composição de uma estrutura com ramos binários e duas posições de concatenação num mesmo XP, bem como a representação das relações de concatenação que parecem diferentes da complementação lexical recebe uma solução elegante pela proposta de um nível estrutural intermediário entre X e XP (i.e., entre a unidade menor, "núcleo", e a unidade maior, "Sintagma").
- Nesse esquema, o que chamávamos de "Sintagma" acima será chamado de "Projeção máxima"; e esse nível intermediário será a "Projeção intermediária":

(16)

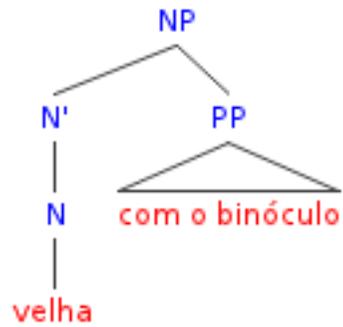


- Observemos agora a questão da denominação dessas "projeções intermediárias". Elas devem guardar todas as características categoriais (i.e., quanto ao comportamento de Nomes, Verbos, etc) da projeção máxima - afinal: elas também são projeções daquele núcleo (Nominal, Verbal, etc.). Não queremos, portanto, dar a elas um "nome" diferente. Assim, se o núcleo é X e a sua projeção máxima é XP, que nome daremos à projeção intermediária de X, para manter a idéia de que ela é uma projeção DE X, mas ainda não a máxima? Propõe-se então denominar essa projeção intermediária de X' - ou seja, X "**linha**" - o que se convencionou depois denominar "X **barra**".
- Chegamos portanto ao **Barra** da Teoria **X-Barra**: "X", pois é uma teoria axiomática; "barra"- é uma teoria que propõe níveis intermediários de projeção dos núcleos.

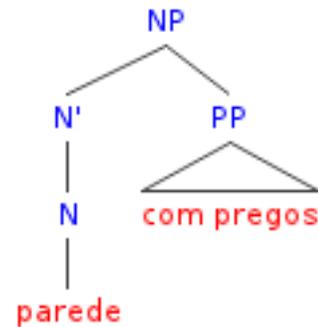
(17) [XP [X' X⁰ [YP]]]



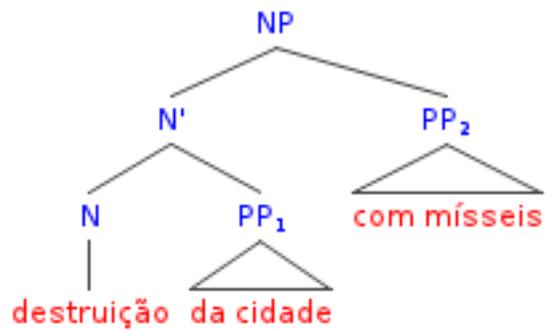
(18) (a)



(b)



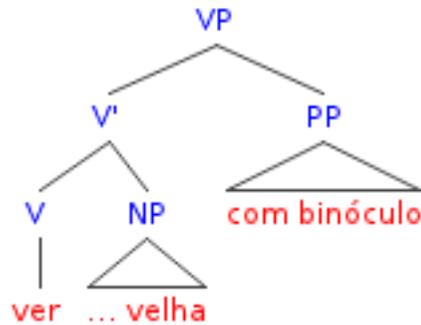
(19) (a) [NP [N' [N destruição [PP da cidade]][PP com mísseis]]



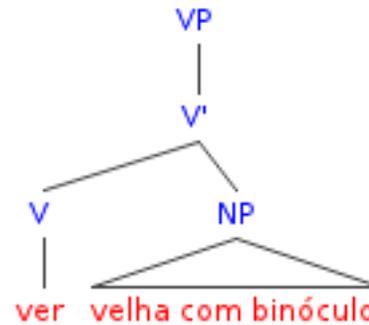
(b) [NP [N' [N destruição [PP da cidade]]



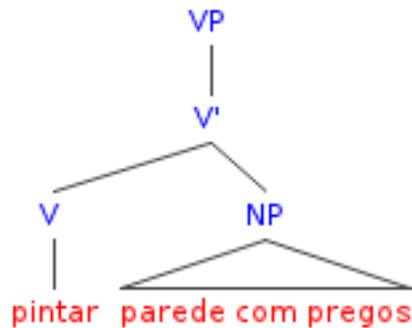
(20) (a) [VP [V' [V ver [NP a velha]] [PP com o binóculo]]



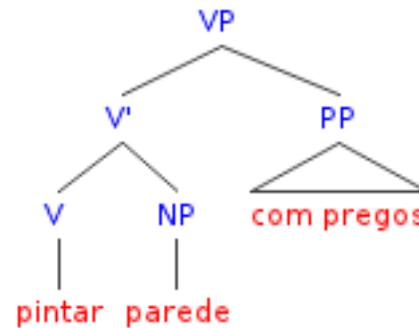
(b) [XP (...) [X' V-ver [NP a velha com o binóculo]]]



(21) (a) [VP [V pintar [NP [N' [N parede]] [PP com pregos]]]]



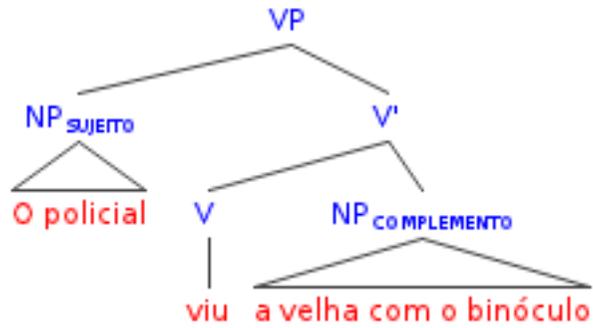
(b) [VP [V '[V pintar [NP parede]] [PP com pregos]]]



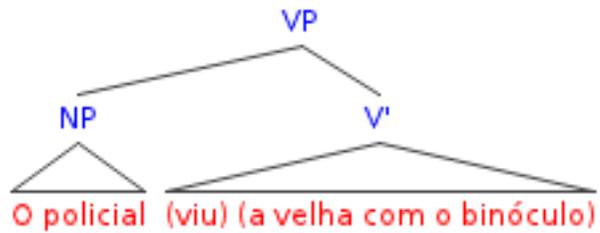
- Como sugerido acima, a projeção intermediária permitiria capturar elegantemente tanto a relação de adjunção como a relação que se estabelece entre o sujeito e o predicado.
- Para esta, foi aberta uma posição irmã de X', mas filha de XP - a posição de *especificador*. A intuição básica é que o elemento na posição de especificador estabelece uma relação não simplesmente com o núcleo, mas sim com o conjunto formado pela combinação entre núcleo e complemento (i.e, X'...) - cf. (b) abaixo. Voltaremos a isso no ponto "Teoria Temática".

(22) [O policial]-*Sujeito* [viu a velha com o binóculo]

(a)



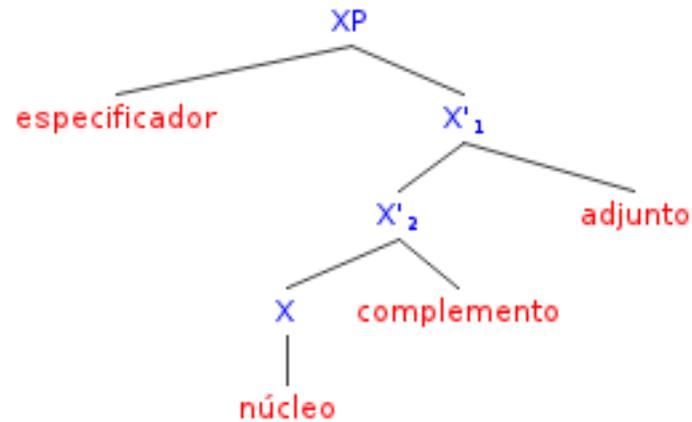
(b)



(23) Em termos axiomáticos:



Ou:



- O nível intermediário é, em princípio, uma postulação. Passa a ser tarefa do programa de pesquisa, a partir disso, demonstrar ou não sua relevância, como se vem buscando nos desenvolvimentos mais recentes da teoria (cf. Hornstein, Nunes & Grothmann 2005).
- Por fim: lembrando que a representação arbórea é apenas uma notação, podemos voltar, se necessário, à representação por colchetes, ou mesmo expressar as regras em forma de texto...

(25) [XP (sintagma especificador) [X' [X' X (sintagma complemento)] (sintagma adjunto)]]

(26) "Princípios básicos da estrutura da sentença:

- A construção dos objetos sintáticos envolve três tipos de concatenação: a complementação, a modificação, e a especificação. Na estrutura representativa [XP _ [X' X⁰ [_]]],

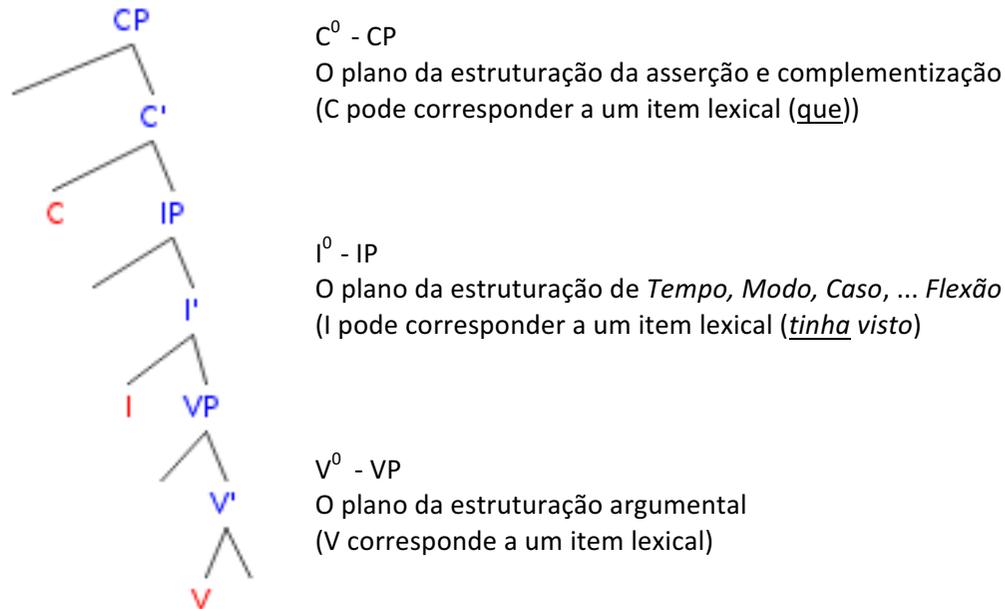
•

- | | |
|--|------------------------|
| (a) Complementos são irmãos de um núcleo X | > X ⁰ (_) |
| (b) Especificadores são filhos de XP | > [XP (_) ...] |
| (c) Modificadores são adjuntos a X' | > [X' (_)] |

- Até aqui procuramos resumir algumas das propostas da teoria X', com o intuito de preparar as próximas leituras. Mais à frente, tópico - 2. Teoria Temática, algumas das características importantes das relações estruturais esboçadas acima serão detalhadas, examinando as concatenações possíveis a partir do núcleo lexical V.

2.2 Resumo - a Teoria X-barra

“A teoria X-barra é o módulo da gramática que permite representar um constituinte. Ela é necessária para explicitar a natureza do constituinte, as relações que se estabelecem dentro dele e o modo como os constituintes se hierarquizam para formar a sentença”. (Miotto, 2004: 49)



- Neste ponto, iremos nos concentrar na formação da sentença no plano do sintagma verbal, ou seja, VP. Para isso precisaremos revisar o que já vimos na primeira parte do curso sobre argumentos e seus papéis temáticos.

3. Teoria temática - Introdução

“a derivação das sentenças começa com o acesso ao léxico mental, isto é, o conjunto de elementos que temos em nossas cabeças quando somos falantes nativos de uma língua”. (Miotto: 84)

(2) O léxico mental possui informação categorial: fuga, polícia, descoberta / fuga, polícia, descobrir:

(a) {descoberta }= +N, -V;

A [N **descoberta**] da fuga pela polícia na semana passada/

* A polícia [N **descoberta**] (d)a fuga na semana passada

(b) {descobrir } = - N, +V;

*A [V **descobriu**] (d)a fuga pela polícia na semana passada/

A polícia [V **descobriu**] a fuga na semana passada

(3) O léxico mental possui informação sobre a seleção semântica:

A [**descoberta**] da fuga *pela polícia* na semana passada/

(?) A [**descoberta**] da polícia *pela fuga* na semana passada.

(4) O léxico mental possui informação sobre a seleção argumental:

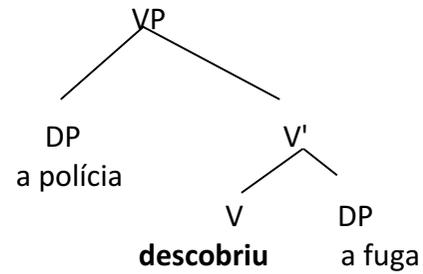
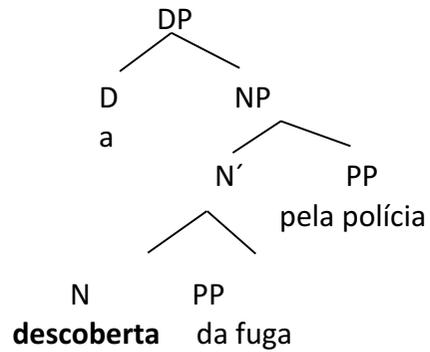
A *polícia* [**descobriu**] a fuga na semana passada/

(?) A fuga [**descobriu**] a *polícia* na semana passada.

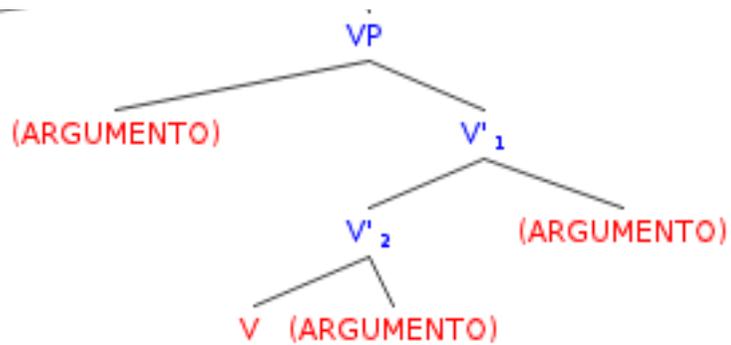
(5)

(a) A [**descoberta** da fuga] pela polícia

(b) A polícia [**descobriu** a fuga]



(6) Posições possíveis para argumentos



Lembrando a Hierarquia dos Papéis Temáticos:

(8) **Critério Teta**, Chomsky (1981); Thematic Hierarchy, Larson (1988:382)

Agent > Theme > Goal > Obliques (manner, location, time, ...)

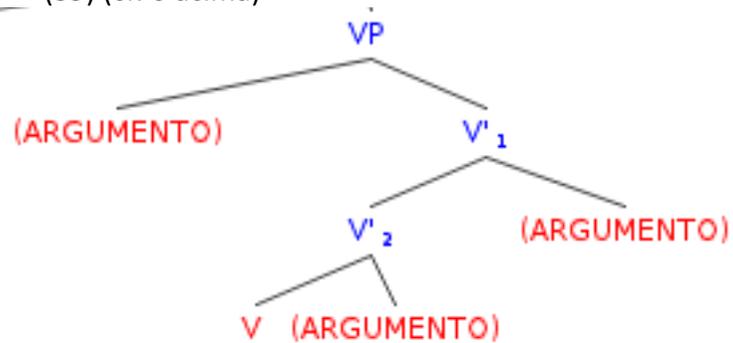
If a verb α determines ϑ -roles $\vartheta_1, \vartheta_2, \dots, \vartheta_n$, then the lowest role on the Thematic Hierarchy is assigned to the lowest argument in constituent structure, the next lowest role to the next lowest argument, and so on. Larson (1988:382)

Lembrando: estruturas com dois argumentos internos

Se VP = [VP [argumento interno] [V' verb [argumento interno]]]],
 como se estruturam os predicados com dois argumentos internos?

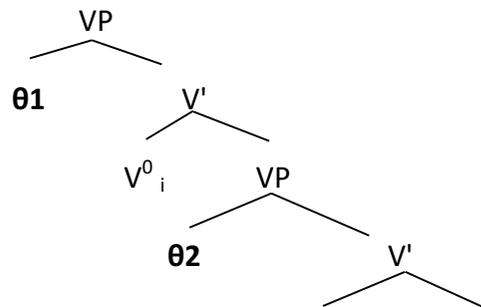
- (a) A Maria deu os livros para os amigos
- (b) O João pôs o livro na estante

(39) (cf. 6 acima)



ou

(40) Larsonian Shell, Larson (1988):



4. Hierarquia temática e alterações da estrutura argumental

Bibliografia complementar:

Duarte, Inês (2003): A Família das Construções Inacusativas, In M.H.M Mateus et al (eds), Gramática da língua portuguesa. Lisboa: Caminho (506-548).

“A Família das Construções Inacusativas” - Aspectos descritivos

Promoção de argumento “tema” de verbos mono-argumentais :

- (a) [O Pedro]_{TEMA} chegou
- (b) [As flores]_{TEMA} murcharam

Promoção de argumento “tema” e supressão de argumento “fonte” em verbos de *Alternância Incoativa*

- (a) [O calor]_{FORTE} derreteu [a manteiga]_{TEMA}
- (b) [A manteiga]_{TEMA} derreteu com o calor
- (c) [A manteiga]_{TEMA} derreteu

Promoção de argumento “tema” e supressão de argumento “agente” em *Construções Passivas*

- (a) [Os alunos]_{AGENTE} compraram [o livro]_{TEMA}
- (b) [O livro]_{TEMA} foi comprado pelos alunos
- (c) [O livro]_{TEMA} foi comprado
- (d) [O livro]_{TEMA} comprou-se

Propriedades comuns às construções passivas, de alternância incoativa e inacusativas, segundo Duarte (2003:509):

- (i) o verbo não atribui caso acusativo ao seu argumento interno direto
- (ii) o verbo não atribuir papel temático externo à posição de sujeito

“Essas duas propriedades podem ser o resultado de características idiossincráticas do verbo, i.e., do facto de o verbo escolhido ser inacusativo, [cf. 50], ou podem ser o efeito de processos sintácticos ou morfo-sintácticos que inacutivizam um verbo transitivo [cf. 51/52] (Duarte 2003:509, [meu grifo])”

Síntese da co-relação inacusativas-incoativas-passivas:

- (a) A Maria derreteu a manteiga [variante transitiva causativa]
(b) A manteiga derreteu [variante inacusativa]

“... o argumento interno directo da variante causativa ocorre como sujeito da forma inacusativa, e o argumento externo da variante causativa não está disponível na variante acusativa nem mesmo sob a forma de um agente implícito. A primeira dessas propriedades é demonstrada pelo facto de o argumento interno directo da variante inacusativa ser pronominalizável pela forma nominativa do pronome pessoal e determinar a forma verbal (Duarte, 2003:515, [meu grifo])”:

- (c) A manteiga derreteu-se
(d) Os cubos de gelo **derreteram**.

“Quanto à segunda propriedade acima referida, que distingue a variante inacusativa de verbos de alternância causativa de frases passivas, demonstra-a a impossibilidade de ocorrência de um sintagma preposicional agentivo, de advérbios orientados para o agente [...], e de orações finais [...]”:

- (e) * A manteiga derreteu *pela Maria* / A manteiga foi derretida *pela Maria*
(f) * A manteiga derreteu *intencionalmente* / A manteiga foi derretida *intencionalmente*
(g) * A manteiga derreteu *para fazer a tarte* / A manteiga foi derretida *para fazer a tarte*

A análise de Duarte (2003) sobre as construções inacusativas

Conceituando a co-relação inacusativas-incoativas:

“é necessário decidir se o léxico do português contém uma entrada lexical causativa e uma entrada lexical inacusativa para um verbo de alternância causativa ou se apenas contém uma entrada lexical (a causativa), da qual se deriva, por operações lexicais sobre os papéis temáticos, a variante inacusativa. Adota-se aqui a segunda posição, que se pode sintetizar através da seguinte generalização:

(28) *Princípio da Uniformidade Lexical*

Cada conceito verbal corresponde a uma entrada lexical com uma estrutura temática.

(...)

(29) $\text{abrir}_V: \theta_1 \theta_2 [_ \text{SN}]$

(...)

“Uma vez que a operação lexical de Redução suprime o papel temático externo, o verbo perde a capacidade de legitimar casualmente o seu argumento interno directo, pelo que a forma resultante da operação de Redução tem as propriedades de um verbo inacusativo [Burzio].

Com certos verbos de alternância causativa, esta operação de Redução exige uma marcação morfológica na sintaxe, sob a forma de um clítico pseudo-reflexivo, como acontece com *afundar-se*, *rasgar-se*. Com outros verbos, tal marcação é possível mas não obrigatória, como é o caso de *derreter(-se)*, *queimar(-se)*. Outros verbos ainda não a exigem nem a admitem, como acontece com *acabar*, *aumentar*.

O facto de o clítico que ocorre associado à variante inacusativa de certos verbos de alternância causativa ter propriedades distintas das dos verdadeiros reflexos [cf. 56] e o facto de ele marcar a variante não causativa destes verbos levou muitos autores a denominá-lo *-se anticausativo*, designação que aqui se adopta igualmente (Mateus et alii 2003:517-518, [meu grifo])”.

(a) A porta abriu-se *por si só* / * O João cortou-se *por si só*

(b) * A porta abriu-se *a si própria* / O João cortou-se *a si próprio*

Das “*passivas de -se*”

“Tal como se viu que acontecia nas frases com verbos inacusativos enas passivas sintáticas, o constituinte interpretado como argumento interno directo do verbo tem a relação gramatical de sujeito(…)”

- (a) *Esse artigo publicou-se* no último número da revista
(b) *Os três canivetes usaram-se* para cortar o pão

“... também nas passivas de -se existe constância de papéis temáticos entre o constituinte que ocorre como sujeito e o constituinte com papel temático interno directo da activa correspondente”:

- (c) [*Esse artigo*]_{TEMA} publicou-se no último número da revista / Publicaram [*esse artigo*]_{TEMA} ...
(d) [*Os três canivetes*]_{INSTRUMENTO} usaram-se para cortar o pão / Usaram [*os três canivetes*]_{INSTRUMENTO} ..

“Finalmente, a agramaticalidade de frases como [e, f] mostra que [o argumento agente /causador] não pode ser expresso através de sintagma *por*”:

- (e) * *Esse artigo publicou-se* no último número da revista *pelo editor*
(f) * *Os três canivetes usaram-se* para cortar o pão *por alguém*

[*vs.* *Esse artigo foi publicado pelo editor; Os três canivetes foram usados por alguém*]

“As três propriedades das passivas de -se acima referidas podem ser captadas se se considerar que, nestas construções, é o clítico -se que recebe o papel temático externo do verbo, ocupando, por isso, na representação sintáctica inicial, a posição de especificador do SV [VP]. A impossibilidade de legitimação casual do argumento interno directo com Caso acusativo [...] pode ser atribuído à presença do clítico: ele absorve (ou elimina) o traço casual acusativo do verbo, forçando o argumento interno directo a deslocar-se para aceder ao Caso nominativo (Duarte 2003:531-532, [meu grifo])”.

10. 'Caso'

Bibliografia Complementar:

CHOMSKY, Noam (1995). *The Minimalist Program*, MIT Press, Cambridge, Mass.

CHOMSKY, Noam (1999). *Derivation by Phase*. In Ken Hale: *A Life in Language*. Edited by Michael Kenstowicz. Cambridge, MA: MIT Press, 1999/2001, pp. 1-52.

HORNSTEIN, N., NUNES, J. & GROHMANN, KK. (2005) *Understanding Minimalism*. 6. Case Domains. Cambridge: Cambridge UP, 111-140

NUNES, Jairo M. *Minimalismo: uma entrevista com Jairo Nunes*. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*. Vol. 6, n. 10, março de 2008. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

MIOTO, Carlos et al. (2004). *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis, Insular. (Capítulo 4: A teoria do caso).

Afina, o que é “caso”?

Caso < Lat. *cāsus*, ‘caso gramatical’, ‘queda’, ‘destino’, ‘acontecimento’ (< *casus*, part. passado de *cado/cadere*, ‘cair’, ‘acontecer’) ... e aliás, *declinação* < *declinare*, ‘inclinarse’. Também no Grego, *ptôsis* - πτώσις, lit. ‘queda’, ‘caso gramatical’).

(1) Mioto et al (1999: 112-113):

(a)	Puer	puellam	amat	
	menino-NOM	menina-ACC	ama	'O menino ama a menina'
(b)	Puella	puerum	amat	
	menina-NOM	menino-ACC	ama	'A menina ama o menino'
(c)	Puella	ab puero	amata est	
	menina-NOM	por menino-ABL	amada é	'A menina é amada pelo menino'

1. Noção de Caso na teoria gerativa

- Na teoria gerativa da gramática, a noção de *Caso* se relaciona as propriedades que permitem que os sintagmas nominais se tornem tematicamente interpretáveis, ou “visíveis” para a interpretação temática.

- Essa visibilidade pode ser codificada de diferentes formas em diferentes línguas – seja abstratamente (*Caso estrutural*) seja também superficialmente (*caso morfológico*).

Mioto et al (1999: 114ss):

“Qual o papel destes morfemas casuais nas sentenças latinas? Eles tem o papel de estabelecer as funções gramaticais (sujeito, objeto de verbo, objeto de preposição) dos DPs e é através deles que são reconhecidos os papéis temáticos dos argumentos. Como sabemos, na relação de ‘amor’ marcada pelo verbo em (2), qual o DP que desempenha o papel do que ama?”

- sabemos qual DP desempenha o papel do que ama pelo morfema \emptyset do nominativo: puer, **puella**

- sabemos qual DP desempenha o papel do que é amado ama pelo morfema **-m** do acusativo: puell**am**, puer**um**

“São os morfemas que marcam a reversão dos papéis temáticos em (a). Já numa sentença passiva como (c), o morfema que marca o papel temático do que é amado e /-a/ do nominativo, e o papel temático do que ama é indicado pelo morfema /-o/ (em conjunto com a presença da preposição –ab, ‘por’, que pode ser omitida)”

“Um mesmo caso como nominativo serve para indicar papéis- θ diferentes; ou casos diferentes como nominativo e ablativo podem indicar o mesmo papel- θ . Portanto, caso morfológico não pode ser confundido com papel- θ . Mas existe uma relação direta entre eles que é enunciada a partir da constatação de que o caso tem que ser explícito para que dele se possa deduzir o papel- θ : numa língua como o latim, não é possível a ocorrência de um DP sem marca de caso. Se isso acontecesse não saberíamos o papel- θ do DP na sentença. Dizemos, então, que o caso deixa o papel- θ **visível** para a interpretação- θ ”

“Também numa língua como o português, que não apresenta marca morfológica de caso, os DPs devem ser visíveis para a interpretação θ . (...)”

2. O conceito de Caso Estrutural

(2)

(a) O menino ama a menina

(b) A menina ama o menino

(c) A menina foi amada pelo menino

- Como sabemos que *o menino* desempenha o papel do que ama em (4a)?
- sabemos porque este DP antecede o verbo.
- Como sabemos que *menino* desempenha o papel do que é amado em (4b)?
- sabemos porque este DP vem depois do verbo.

“Grosso modo, podemos dizer que a ordenação dos DPs no português é importante para torná-los visíveis para a interpretação θ .”

“Então, vamos admitir que essa condição de visibilidade se aplica a qualquer língua, mesmo as que não dispõem de caso morfológico. Isto é, abstraindo a morfologia, todas as línguas seriam semelhantes ao latim porque tem que dar visibilidade aos DPs para que eles tenham sua interpretação θ garantida. Todas as línguas são idênticas por disporem da categoria gramatical Caso”.

Observemos agora os seguintes contrastes:

(3) Papel temático / posição

- | | | |
|-----|--------------------------------------|-------------------------|
| (a) | (i) Puer amat [puellam]-TEMA | 'O menino ama a menina' |
| | (ii) O menino ama [a menina]-TEMA | |
| (b) | (i) Puella amat [puerum]-TEMA | 'A menina ama o menino' |
| | (ii) A menina ama [o menino]-TEMA | |
| (c) | (i) [Puellam]-TEMA amat puer | 'O menino ama a menina' |
| | (ii) *[A menina]-TEMA ama o menino | |
| (d) | (i) [Puerum]-TEMA amat puella | 'A menina ama o menino' |
| | (ii) *[O menino]-TEMA ama a menina | |

(4) Papel temático / posição / caso morfológico

- | | | |
|-----|---|-------------------------|
| (a) | (i) Puer-NOM amat [puellam-ACC]-TEMA | 'O menino ama a menina' |
| | (ii) O menino ama [a menina]-TEMA | |
| (b) | (i) Puella-NOM amat [puerum-ACC]-TEMA | 'A menina ama o menino' |

- (ii) A menina ama [o menino]-TEMA
- (c) (i) [Puellam-ACC]-TEMA amat puer-NOM 'O menino ama a menina'
 (ii) *[A menina]-TEMA ama o menino
- (d) (i) [Puerum-ACC]-TEMA amat puella-NOM 'A menina ama o menino'
 (ii) *[O menino]-TEMA ama a menina

(5) Papel temático / posição / caso morfológico: passivas

- (a) (i) [Puella-**NOM**]-TEMA amata est ab puero-**ABL** (*oblíquo*)
 (ii) [A menina]-TEMA foi amada pelo menino (*oblíquo*)

(6) Manifestações de caso morfológico residual em línguas sem sistema rico de caso morfológico

- (a) **Eu** vi a Maria
 (b) A Maria **me** viu
 (c) A Maria olhou para **mim**

(7) Contrastes que revelam que elementos “vazios” em cadeias devem ter Caso:

- (a) I met the man that Mary believed ____ to be a genius
 [OP_i that Mary believed the man_i to be a genius]
- (b) * I met the man that it was believed ____ to be a genius
 [OP_i that it was believed the man_i to be a genius]

2.1 Caso estrutural e relações gramaticais

- O “Caso” é portanto uma propriedade das relações que se estabelecem entre os constituintes gramaticais. Enquanto as propriedades temáticas eram estritamente relacionadas a semântica lexical dos verbos e de seus argumentos, tomando noções como evento, ação, tema, agente, locativo..., o caso é uma categoria mais puramente relacional. Um DP não será acusativo ou nominativo a depender de sua semântica lexical, mas sim a depender de sua relação gramatical com outros componentes da frase.
- Em linhas gerais, portanto, a propriedade de Caso é a que permite que a relação temática entre os diferentes constituintes seja interpretada nas interfaces. Por isso se diz que os DPs precisam resolver sua configuração de Caso para se tornarem **interpretáveis**.

2.3.1 Como assim “interpretáveis”? - Interpretabilidade *versus* Inteligibilidade

Colourless green ideas sleep furiously

(8)

- (a) A bilimboca pilincou o minquilico
- (b) O minquilico pilincou a bilimboca
- (c) A bilimboca foi pilincada pelo minquilico

“Interpretability is not to be confused with intelligibility. A convergent expression may be complete gibberish, or unusable by performance system for various reasons. And performance systems typically assign interpretation to nonconvergent expressions”.
(Chomsky, 1998:8 [nota 19])

2.3.2 Caso estrutural e “Concordância”

- Por ser uma noção relacional, o Caso está ligado a outras noções relacionais, como a Concordância. A concordância superficial (morfológica, no sentido estrito) manifesta uma relação estrutural entre dois constituintes sintáticos.
- Dizemos que dois itens “concordam” quando verificamos uma identidade relativa entre eles. O Caso estrutural estaria, também, intimamente ligado com questões de “concordância”:

(9) Concordância NP-V e Caso estrutural

- (a) [A menina]-TEMA foi amada pelo menino = tema em posição de NOM
- (b) [As meninas]-TEMA foram amadas pelo menino = tema em posição de NOM
- (c) A menina ama [o menino]-TEMA = experienciador em posição de NOM
- (d) As meninas amam [o menino]-TEMA = experienciador em posição de NOM
- (e) [Puella-**NOM**]-TEMA amata est ab puero = tema em posição de NOM

2.3.3 "Teoria do Caso": resumo

Sintetizando bastante, “Caso” é como conceituamos a propriedade das línguas de poderem relacionar os constituintes entre si e marcar essa relação, de modo a tornar a interpretação temática possível.

Na teoria gerativa da gramática, a noção de *Caso* remete às propriedades que permitem que os sintagmas nominais se tornem visíveis para a interpretação temática. Essa visibilidade pode ser codificada de diferentes formas em diferentes línguas – seja abstratamente (*Caso estrutural*) seja também superficialmente (*caso morfológico*).

Em linhas gerais, a propriedade de Caso é a que permite que a relação temática entre os diferentes constituintes seja interpretada nas interfaces (i.e., por exemplo, na interface com a fonologia). Por isso se diz que os DPs precisam resolver sua configuração de Caso para se tornarem **interpretáveis**.

O princípio único da Teoria do Caso é o de que todo DP pronunciado deve pertencer a uma cadeia com caso (*“Filtro do Caso”*).

São três os casos estruturais: **Nominativo**, **Acusativo** e **Oblíquo**. Cada um deles corresponde a diferentes configurações estruturais (como veremos a seguir).

O “Caso” é portanto uma propriedade das relações que se estabelecem entre os constituintes gramaticais. Enquanto as propriedades temáticas eram estritamente relacionadas a semântica lexical dos verbos e de seus argumentos, tomando noções como evento, ação, tema, agente, locativo..., o caso é uma categoria mais puramente relacional. Um DP não será "acusativo" ou "nominativo" a depender de sua semântica lexical, mas sim a depender de sua **relação** com outros componentes da frase.

Por ser uma noção relacional, o Caso está ligado a outras noções relacionais, como a **Concordância**. Como vimos, a concordância é definida como uma relação estrutural que marca a identidade entre dois constituintes sintáticos.

Assim, a grande questão em torno do Caso passa a ser saber como essas relações são estabelecidas: que procedimentos envolve, em que espaços se aplicam esses procedimentos. Esse é um aspecto que muda bastante nas diferentes fases da teoria, como veremos a seguir.

3. Desenvolvimentos da Teoria do Caso

A teoria do caso foi se desenvolvendo basicamente para resolver o problema de como conceituar as relações gramaticais e como garantir uma descrição adequada as várias observações empíricas sobre como essas relações se manifestavam nas diferentes línguas.

Assim, foram sendo apresentadas propostas no sentido de determinar os espaços de aplicação dessas propriedades relacionais – limitando esses espaços por diferentes noções de **localidade** e relação hierárquica (**dominância**).

Essas propostas sofreram mudanças importantes na teoria, entre as décadas de 1980 e 1990, ou seja, entre o modelo de **“Regência e ligação”** (*“Government and Binding”*, GB; (Chomsky 1981/1983), e o **“Modelo Minimalista”**, a fase seguinte, iniciada em Chomsky (1993).

3.1 Aspectos relevantes do modelo Regência e Ligação (Chomsky 1981/1983, etc.) para a Teoria do Caso

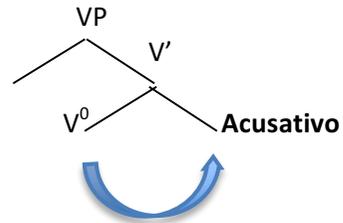
Neste modelo, o conceito de Regência (*Government*) é central, e remete às relações que podem se estabelecer entre núcleos e seus complementos e especificadores. Sua principal aplicação são justamente mecanismos de *“atribuição de caso”*.

3.1.1 Configurações para “marcação de caso” no modelo Regência e Ligação

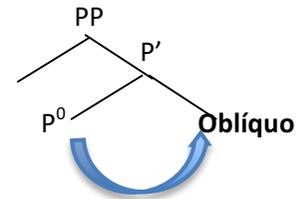
(i) **Configuração Canônica:**

Por “regência”: um núcleo (lexical) atribui caso a seu complemento

(a)



(b)

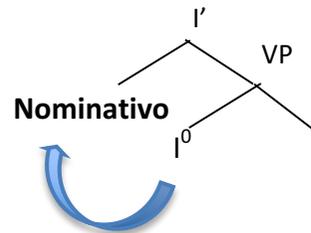


(ii) **Configuração não-canônica**

Por relação especificador/núcleo: um núcleo atribui caso a seu especificador

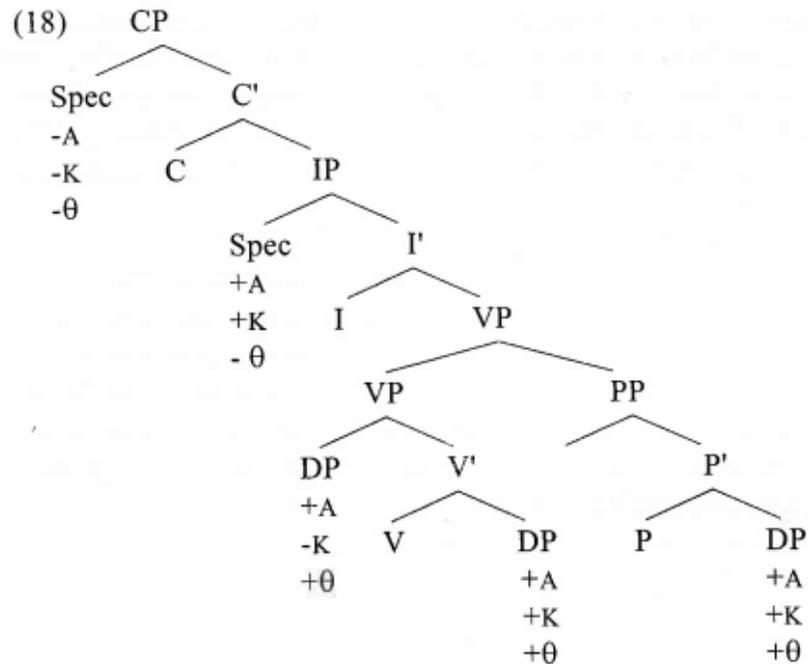
(exclusividade do núcleo funcional I⁰):

IP



ou: [_{IP} DP [_{I'} I VP]]
NOM

Em resumo:



(Miotto, 2009:146)

3.1.2 Caso e a noção de "Estrutura Superficial"

No modelo "Regência e ligação" (GB), o "filtro do caso" (i.e. "*todo DP pronunciado deve pertencer a uma cadeia com caso*") se aplicava na chamada "Estrutura superficial" ou SS. De fato: a verificação de caso era uma das principais razões da existência da SS como nível de representação.

Basicamente, isso significava o seguinte: na "DS", *deep structure*, estrutura profunda, os DPs estavam identificados pelo papel temático. Apenas em "operações posteriores" - vistas, ali, como "aplicadas em níveis posteriores" - os papéis temáticos se tornavam visíveis. Essas operações, basicamente, envolviam movimentos motivados pelo requerimento de caso. Por exemplo: o DP sujeito era aquele que se movia para o especificador de IP "para receber caso". Em DS, este DP ainda estava in-situ, "sem caso".

Assim, nesse modelo, era como se a "árvore" fosse uma estrutura esquelética "pronta" que fosse se "preenchendo" aos poucos, por diferentes razões em diferentes momentos.

Os sintagmas (pensemos especificamente nos DPs) eram então "pendurados" nos nós das árvores num primeiro momento da DS - aí se dizia: são "gerados" neste ponto neste momento. Em seguida, eram "movidos" para outros nós, no momento da SS. Mas vejamos: os pontos nodais para onde os sintagmas eram "movidos" na fase SS já estavam prontos em DS - como se estivessem ali esperando seus penduricalhos, os XPs "movidos". Esta concepção foi radicalmente transformada na década de 1990 por Chomsky (1995, 1999), como veremos a seguir.

3.2 Aspectos relevantes do "Modelo Minimalista" (Chomsky 1993, etc.) para a Teoria do Caso

3.2.1 "Minimalista"?

“O Programa Minimalista se propõe a explorar a hipótese de que a faculdade da linguagem tem domínios que são regidos por questões de economia e otimização. Chamar o conjunto de pesquisas com essa preocupação de programa ressalta o fato de que, mais que a formalização de um conjunto consolidado de conhecimentos, trata-se de uma empreitada científica que requer esforço interdisciplinar e pode ser ainda muito cedo para que as questões pertinentes possam ser adequadamente respondidas ou mesmo formuladas, dados os variados graus de desenvolvimento das disciplinas envolvidas”. (Nunes, 2008)

4.1 The Minimalist Program

A particular language L is an instantiation of the initial state of the cognitive system of the language faculty with options specified. We take L to be a generative procedure that constructs pairs (π, λ) that are interpreted at the articulatory-perceptual (A-P) and conceptual-intentional (C-I) interfaces, respectively, as “instructions” to the performance systems. π is a PF representation and λ an LF representation, each consisting of “legitimate objects” that can receive an interpretation (perhaps as gibberish). If a generated representation consists entirely of such objects, we say that it satisfies the condition of Full Interpretation (FI). A linguistic expression of L is at least a pair (π, λ) meeting this condition—and under minimalist assumptions, at most such a pair, meaning that there are no levels of linguistic structure apart from the two interface levels PF and LF; specifically, no levels of D-Structure or S-Structure.

Chomsky (1995)

“Por exemplo, uma das principais hipóteses do Programa é que níveis de representação sintática, se existirem, devem ser conceptualmente motivados em termos das interfaces da faculdade da linguagem com outros módulos da mente. Nesse sentido, níveis como Estrutura-D e Estrutura-S se tornam suspeitos na medida em que sua motivação é essencialmente interna ao modelo. Vários trabalhos foram então desenvolvidos para investigar se esses dois níveis poderiam ser eliminados e os resultados parciais são bastante animadores. Dentro dessa reavaliação surge a questão de como objetos sintáticos são montados, uma vez que não se dispõe de Estrutura-D. A solução foi retomar a noção de transformação generalizada e desenvolver um modelo em que constituintes sintáticos complexos (sintagmas) são formados pela operação Conectar (“Merge”), que concatena dois objetos sintáticos e identifica o núcleo do objeto complexo resultante. Essa visão de “montagem” sintática, por sua vez, permitiu que se derivassem várias propriedades que eram axiomáticas na Teoria X’.” (Nunes, 2008).

A grande questão do Programa Minimalista, a partir de Chomsky 1995, foi: como depurar GB sem jogar fora seus avanços explicativos e descritivos?

Neste sentido, a reformulação da concepção de Caso é um ponto fundamental do minimalismo - já que:

- (a) Queremos manter a noção geral de Caso Estrutural;
- (b) Queremos eliminar níveis internos à teoria;
- (c) A "atribuição de caso" é uma das principais "tarefas" do nível SS em GB.

Em Hornstein et al (2005, Cap 3) há um excelente relato dos desenvolvimentos do minimalismo quanto ao problema do caso.

Aqui, importa apontar três pontos principais:

- (i) Eliminação de SS
- (ii) Eliminação de regência
- (iii) Abordagem da montagem da estrutura em fases

Abordagem da montagem da estrutura em fases (Merge/Move como fases): cada nó da árvore "surge" no momento em que é concatenado.

Assim, ao longo da formação de VP, IP não está "esperando". IP é formado pela concatenação de um núcleo I com um VP.

Consequentemente: não "existe" "Spec de IP" no sentido de um elemento estrutural abstrato vazio "esperando" um DP ser "pendurado" nele.

O "especificador de IP" é o DP que se concatena à formação anterior (i.e. I+VP).

Observem, na *Floresta*, que todas as nossas derivações "em pedaços" estão sugeridas neste espírito, de modo que cada novo nó é formado pela concatenação de uma nova categoria funcional (X^0); não há "esqueletos" esperando sintagmas para se "pendurarem" em ponto algum.

3.2.1 O caso do Caso Nominativo (*ou: novamente, o sujeito...*)

Notemos como a abordagem minimalista muda inteiramente a questão do Caso Nominativo: fundamentalmente, não podemos mais dizer que o DP "se move para o Spec de IP para receber caso"... pois não "há" Spec de IP antes deste "movimento"!

O que temos que explicar, agora, é justamente a transformação de um DP de VP em especificador de IP. Assim, aqui temos novas perguntas a formular, em especial quanto ao especificador de IP: por que, afinal, temos um especificador para IP?

Num espírito minimalista...

(i) *Vamos manter a intuição central da coisa*

(por exemplo, "A posição de sujeito remete a alguma relação muito especial entre determinado DP e o predicado (VP), e esta relação tem alguma coisa a ver com o epifenômeno da "flexão" em algumas línguas)

(ii) *Vamos propor uma análise mínima formalizável:*

(por exemplo, "Um DP será concatenado ao núcleo funcional I porque este DP e I possuem uma estreita identidade; esta identidade estabelecida de alguma forma entre este DP e I irá organizar toda a estrutura da sentença. De modo que seja o que for que fizermos com esta sentença, este DP será sempre estruturalmente "saliente". Ele está ali para isso: para mostrar que ele é a relação principal.")

Em termos mínimos, essa pode ser uma definição de sujeito apropriada para este modelo:

Sujeito é a posição mais saliente da estrutura da oração.

Entre os detalhes de implementação a serem definidos, estariam: entre os diversos DPs que um VP contém, qual será "escolhido" para compor esta relação saliente, e - "por quê?".

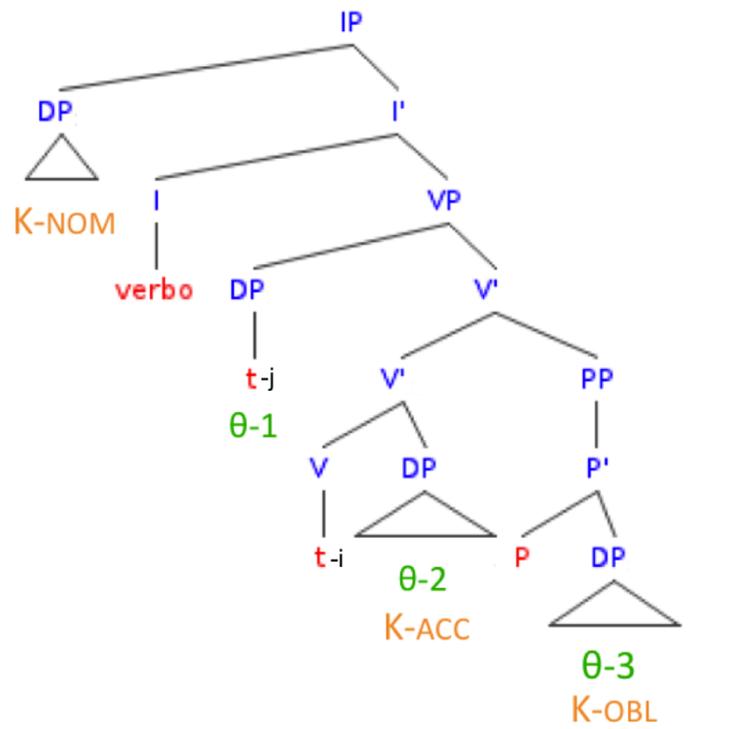
Só não vale mais dizer que já há um traço no especificador: vale, sim, dizer que há um requerimento de I (de um lado) e um requerimento do DP (do outro lado), e que esses dois requerimentos precisam ser atendidos pela operação que concatena este DP a I.

Bem: neste modelo, podemos pensar que o que chamamos de "CASO NOMINATIVO" é resultado do atendimento destes requerimentos de identidade entre uma posição saliente e um DP. Esses requerimentos de identidade estão ligados a traços semânticos abstratos responsáveis pela interpretação de pessoa, número e gênero (os chamados "traços- Φ ", "traços- ϕ ")

For the Case/agreement systems, the uninterpretable features are ϕ -features of the probe and structural Case of the goal N. ϕ -features of N are interpretable; hence, N is active only when it has structural Case. Once the Case value is determined, N no longer enters into agreement relations and is “frozen in place” (under (3a)). Structural Case is not a feature of the probes (T, ν), but it is assigned a value under agreement, then removed by Spell-Out from the narrow syntax. The value assigned depends on the probe: nominative for T, accusative for ν (alternatively ergative-absolutive, with different conditions). Case itself is not matched, but deletes under matching of ϕ -features.

(Chomsky, 1999)

- Tal seja, num predicado bi-transitivo: (cf. Floresta, em especial o slide 65):



- Por fim, note-se: há uma diferença conceitual muito grande entre dizer que um DP “se move” para o especificador de IP para “receber caso” e dizer que um DP precisa ser concatenado ao núcleo I, formando seu especificador, para que seus traços semânticos formais (Φ) sejam interpretados. A diferença está no conceito de “Caso”, mas também no conceito de “movimento”:

“Uma das propriedades centrais das línguas humanas é que constituintes sintáticos podem aparecer numa determinada posição e ser interpretados como se estivessem ocupando outra posição na sentença. Qualquer modelo que se quiser adequado terá que capturar esse fato. Alguns modelos fazem isso postulando uma operação formal, que **metaforicamente** recebe o nome de movimento. Gostaria de enfatizar, que movimento é um termo metafórico para descrever um determinado passo computacional que nada tem a ver com a noção de movimento empregada em física ou no uso comum. Afinal de contas, nenhum sintaticista mede a velocidade dos constituintes que se “movem”. A questão então diz respeito à adequação dos vários dispositivos técnicos de que um modelo lança mão para descrever essa propriedade de “deslocamento” das línguas naturais”. Nunes (2008)

11. Fechando a estrutura da sentença

Bibliografia Fundamental:

MIOTO, Carlos et al. (2004). Novo Manual de Sintaxe. Florianópolis, Insular.

Bibliografia Complementar:

CHOMSKY, Noam (1995). The Minimalist Program, MIT Press, Cambridge, Mass.

CHOMSKY, Noam (1999). Derivation by Phase. In Ken Hale: A Life in Language. Edited by Michael Kenstowicz. Cambridge, MA: MIT Press, 1999/2001, pp. 1-52.

HORNSTEIN, N., NUNES, J. & GROHMANN, KK. (2005) Understanding Minimalism. 6. Case Domains. Cambridge: Cambridge UP, 111-140

Material Complementar:

- “Floresta” (slides com árvores), <http://disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=49093>

1. Revisão:

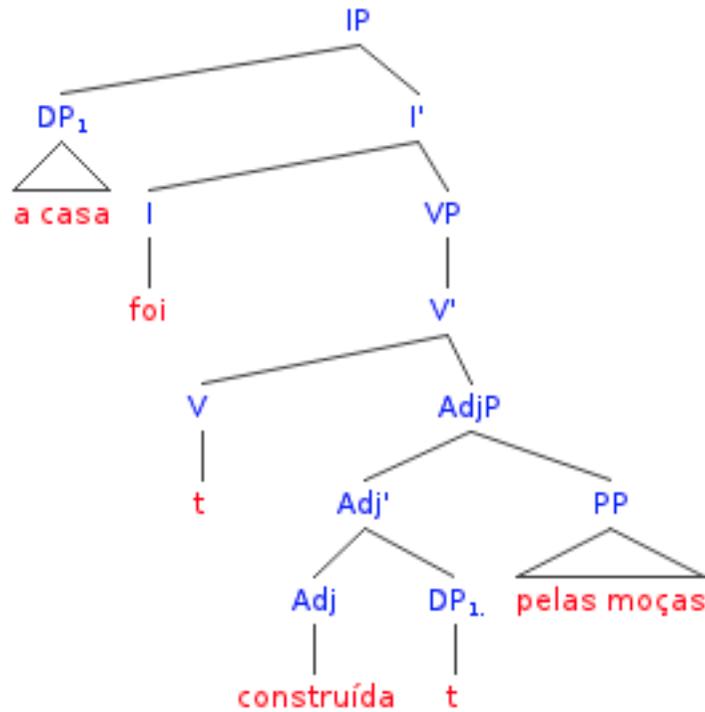
1.1 Os sintagmas projetados por núcleos lexicais referenciais – DP, NP, PP... – cf. “Floresta”, slides 2 a 13

1.2 O sintagma verbal – cf. “Floresta”, slides 14 a 29

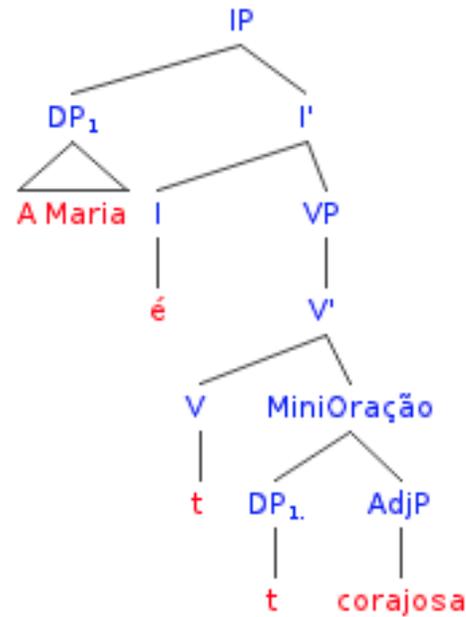
1.3 O sintagma flexional – cf. “Floresta”, slides 32 a 67

1.3.1 Casos especiais: As passivas e as copulativas

Passivas – cf. “Floresta”, slides 69 a 79



Copulativas - - cf. “Floresta”, slides 80 a 88

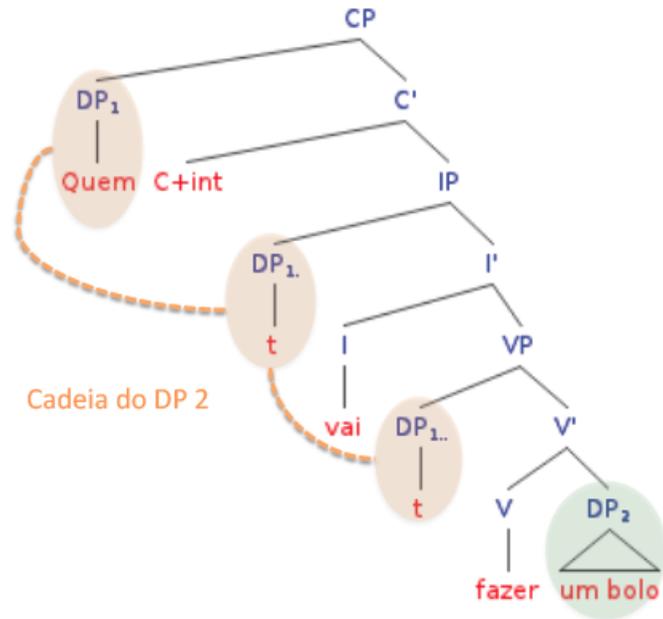


2. O núcleo “C” e as projeções para além de IP

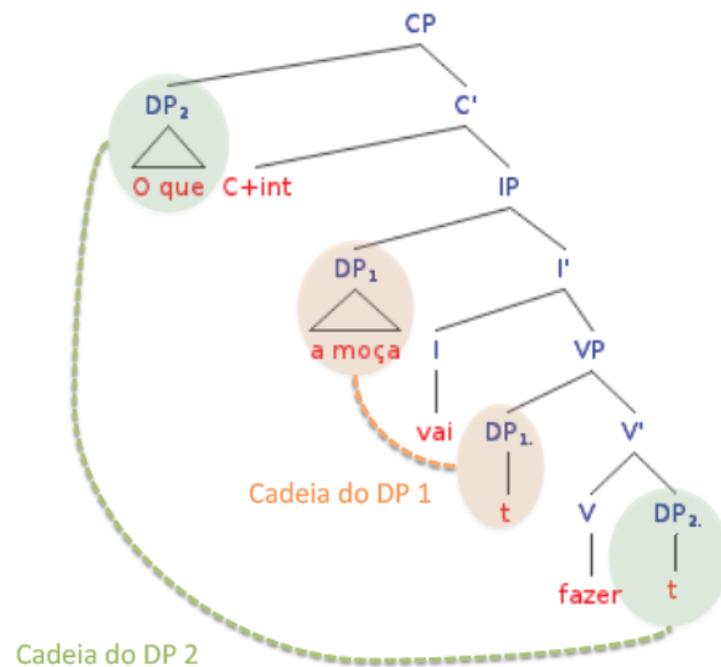
- *A moça vai fazer um bolo?*
- *Eu disse que a moça vai fazer um bolo!*
- *O que a moça vai fazer?*
- *Quem vai fazer um bolo?*
- *Quando que a moça vai fazer um bolo?*

- *Que bolo a moça vai fazer?*
- *Um bolo de chocolate ela vai fazer.*
- *Essa moça ela faz um bolo muito bom.*
- *Bolo de chocolate eu gosto de fazer com batedeira.*

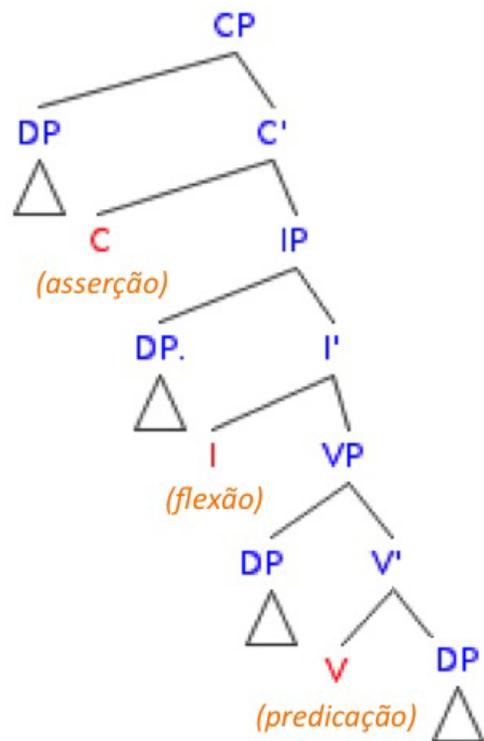
Quem vai fazer um bolo? (slides 93 a 99)



O que a moça vai fazer? (slides 100 a 104)



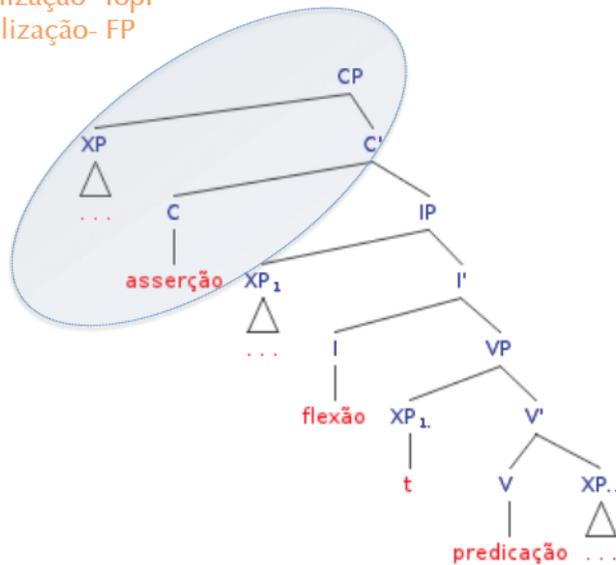
3. Axioma da sentença



4. Outras projeções estruturais - ou: Sub-codificações dos núcleos funcionais principais

4.1 Possíveis detalhamentos da “periferia esquerda” – posições para tópicos e focos (cf. Floresta, 132-138)

Topicalização- TopP
Focalização- FP



4.2 Possíveis detalhamentos da flexão (cf. Floresta, 139)

Flexão de Pessoa - AgrP
Flexão de Tempo - TP

